



# Um mosaico de gentes: revisitando as histórias das populações do Brasil

Daniel Souza Barroso\*

SCOTT, A. S. V.; NADALIN, S. O. (Org.). *História social das populações no Brasil escravista*. 2. ed. São Leopoldo/RS: Oikos, 2025.

O que é um clássico? Há cerca de três décadas – e decerto mais distante conceitual do que temporalmente de escritores como Ezra Pound e Jorge Luis Borges, a respeito de uma compreensão universalista ou nacional da literatura –, Italo Calvino vislumbrava nos clássicos uma dimensão “funcional”: clássicos são livros que “quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se relevam novos, inesperados, inéditos”, o que só “ocorre quando um ‘clássico’ funciona como tal, isto é, estabelece uma relação pessoal com quem o lê” (Calvino, 2002, p. 13). Lançando mão da metáfora medieval dos anões sobre os ombros de gigantes – recuperada na Renascença, no contexto de formação da modernidade europeia –, Umberto Eco (2019) argumentou o quão importantes são os clássicos para o nosso tempo e o trabalho contemporâneo dos intelectuais.

Não obstante a aspereza daquela questão, Eco parte de um ponto, em certa medida, privilegiado, afinal, publicou alguns clássicos romances ao longo de sua extensa trajetória enquanto escritor. O maior, sua *magnum opus*, *O nome da rosa* (1980). O mais recente, caso assim entendamos, *Baudolino* (2000). Se nos for permitida alguma licença poética, na história deste camponês medieval, Baudolino de Alexandria, Umberto Eco foi além de Calvino ao problematizar não a natureza dos clássicos, mas sim no que consistiria uma boa história. Vocalizando o próprio Eco, o bispo Oto, mestre de Baudolino, assim nos ensinou: “se queres transformar-te num homem de letras [...] debes também mentir [...]. Mas terás que fazê-lo com moderação. O mundo condena os mentirosos que só sabem mentir [...] e premia os poetas que mentem apenas sobre coisas grandiosas” (Eco, 2016, p. 44).

---

\* Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA, Brasil ([dsbarroso@ufpa.br](mailto:dsbarroso@ufpa.br); <http://orcid.org/0000-0002-3267-5665>).

Tal ensinamento pode ser lido como uma paráfrase da *Poética* de Aristóteles – que já estava presente em *O nome da rosa*, na relação entre o riso, a moral e a sociedade. O filósofo e polímata grego compreendia que o que diferenciava os poetas dos historiadores não era a escrita em versos ou prosa, mas sim o lugar da verossimilhança nas suas narrativas: a esses cabia narrar o que aconteceu; àqueles, o que poderia ter acontecido. Aristóteles matizava, de tal maneira, o entendimento de Tucídides, general ateniense e historiador da Guerra do Peloponeso, que evitava dar crédito aos poetas, na medida em que diziam o que não se podia comprovar, prevalecendo, nos poemas, o aspecto mítico – característico, como sabemos, das cosmovisões da Antiguidade ocidental (Veyne, 2014).

As delongas têm justificativa. Com sua segunda edição revista e ampliada lançada em 2025, *História social das populações no Brasil escravista* já nasceu um clássico. A coletânea, organizada por Ana Sílvia Volpi Scott e Sergio Odilon Nadalin (2025), carrega muito do que apresentamos até aqui. Como clássico, é nova, inesperada, inédita e provoca uma relação pessoal com quem a lê. Como boa história, é verdade que não mente, mesmo sobre as coisas grandiosas, mas oferece, em sua prosa, um robusto potencial revisionista. De início, a obra rompe – para emprestarmos a sempre oportuna expressão de Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989, p. 169) – com o “mercado de trocas historiográficas desiguais” existente no país, que sempre favoreceu a produção levada a efeito no centro-sul e no qual a história da população não é uma exceção (Bacellar *et al.*, 2005, p. 342).

Com prefácios de Diego Ramiro Fariñas e de Francisco García González (incluídos na segunda edição), ambos investigadores espanhóis de referência em demografia histórica, *História social das populações no Brasil escravista* apresenta 13 capítulos, o último dedicado à análise do conjunto da obra pelos organizadores. Tal capítulo, somado à apresentação e à introdução do livro, também assinados por Ana Scott e Sergio Nadalin, lança luz acerca dos esforços de pesquisa e produção científica empreendidos, nas últimas duas décadas, no âmbito do projeto “Além do centro-sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido no grupo de pesquisa “Demografia & História”, sob a coordenação e liderança de Nadalin.

O primeiro capítulo, assinado pelo historiador português Paulo Teodoro de Matos, examina as cidades da América Portuguesa no ocaso do Antigo Regime, por meio de uma leitura sociodemográfica. A partir de três questões norteadoras – o que eram “cidades” no Brasil setecentista tardio, a composição social desses espaços *vis-à-vis* os seus *hinterlands* (“sertões”) e as especificidades das urbes brasileiras em face das suas congêneres na América Espanhola –, Matos analisou dados de “mapas de população” referentes a 24 centros urbanos para concluir que, a despeito de eventuais particularidades, as cidades observadas compartilhavam características estruturantes: excedente feminino generalizado; pequeno peso relativo de jovens (0 a 14 anos de idade); e forte presença de escravizados, via de regra, superando a metade da população de cada centro urbano.

O capítulo seguinte, de autoria de Carlos Bacellar, André Cavazzani e Dario Scott, investiga o fenômeno da exposição de crianças no Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Além de uma instigante reflexão historiográfica sobre esse clássico tema da história social da população luso-brasileira, os autores apresentam uma análise quantitativa e comparativa das informações disponíveis no NACAOB.<sup>1</sup> O texto inova, metodologicamente, ao visitar aquele fenômeno na longa duração: por mais que lacunar, a documentação concernente a mais de uma dezena de paróquias espalhadas pelo Brasil, entre 1690 e 1889, permitiu aos autores assinalarem que, enquanto a prática do enjeitamento se enfraqueceu nesse período, a ilegitimidade revelou uma tendência de crescimento, sobretudo, no contexto posterior à Independência.

O terceiro e o quarto capítulos se deslocam para a Amazônia. Os textos de Antonio Otaviano Vieira Junior, a respeito do Pará, e de Antonia da Silva Mota, sobre o Maranhão, passeiam pelas dinâmicas populacionais de uma região lida como periférica por uma historiografia tradicional, em grande medida, devido ao seu não enquadramento nos modelos explicativos acerca da economia colonial brasileira, inaugurados na esteira de Caio Prado Júnior (2011) e do seu “sentido da colonização”. A compreensão equivocada da Amazônia enquanto uma unidade estruturada nos termos de uma economia extrativista multissecular, que secundarizou, inclusive, o peso social, econômico e cultural dos africanos e dos afrodescendentes na sua formação, enviou quaisquer esforços levados a cabo, até então, na proposição de uma tipologia de regimes demográficos para essa região.

No terceiro capítulo, Vieira Junior defende, justamente, a impossibilidade de pensarmos a Amazônia sob a ótica de uma única dinâmica populacional. Partindo da premissa de que seria inviável propor um “regime demográfico amazônico” (no singular), haja vista as complexas e diversificadas características espaciais e territoriais das Amazônias, o autor evidencia as múltiplas possibilidades de composição e organização da população dessa região, durante o reinado de D. José I. O recorte cronológico do texto não é fortuito. Antes granulares, as políticas metropolitanas portuguesas na Amazônia foram redimensionadas no Ministério pombalino, dentre outras medidas, com a elaboração do Diretório dos Índios e a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que produziram efeitos heterogêneos nos sistemas familiares e nas dinâmicas demográficas da região.

A contribuição de Mota, no capítulo seguinte, vai nesse sentido, ao analisar o espaço amazônico que talvez mais tenha se aproximado do modelo explicativo das *plantations*. A paróquia de Nossa Senhora das Dores, investigada pela autora, estava situada no Baixo Itapecuru, o principal lócus da cotonicultura e da rizicultura do Maranhão, desde o final do século XVIII – no contexto que Caio Prado Júnior (2011) convencionou denominar de “renascimento agrícola”. O exame de registros de batismo dessa freguesia ensejou à autora entender o processo de formação de comunidades escravas que ultrapassavam os limites dos plantéis e, não raro, os do próprio cativeiro, através de relações de compadrio

<sup>1</sup> Sobre o Sistema de Registros NACAOB, ver a apresentação da obra (Scott; Nadalin, 2025).

com pessoas libertas e livres do vale do Itapecuru, atravessadas pelo absenteísmo dos escravistas maranhenses.

O quinto capítulo, da lavra de Carmen Alveal e Alekssiane Carvalho, propõe analisar a (i)legitimidade na capitania do Rio Grande (do Norte), no decurso do século XVIII, no âmago do que as autoras compreendem ser um “regime demográfico das secas”. Longe de representar mais um exemplo das *bastardy prone sub-societies*,<sup>2</sup> que caracterizaram o fenômeno da ilegitimidade no mundo setecentista, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal – portanto, no litoral potiguar –, teve a sua demografia profundamente marcada pelo ritmo das secas. Mais do que corroborar o entendimento acerca de um regime demográfico particular, tal percepção ajuda a redimensionar, na historiografia, a dinâmica mobilidade *versus* estabilidade da população colonial brasileira, tanto social como espacialmente (Nadalin, 2003).

Ainda pensando no atual Nordeste e na discussão sobre regimes demográficos, o texto posterior, de Paulo Eduardo Teixeira e Maísa Faleiros da Cunha, examina o nascer na Olinda (Pernambuco) imperial, relacionando os fenômenos da mestiçagem e da ilegitimidade aos “sistemas e regimes demográficos urbanos”, propostos por Maria Luiza Marcílio (1984) e Sergio Nadalin (2022). Os dados procedentes da freguesia de São Pedro Mártir – zona de influência das tradicionais elites pernambucanas – demonstraram um expressivo número de nascimentos ocorridos à margem do matrimônio. O peso relativo da ilegitimidade encontrado nessa paróquia, embora elevado, se mostrou mais tímido do que o sugerido – especialmente – por Marcílio, como resultado da argumentada prevalência das uniões consensuais (“livres estáveis”) nos espaços caracteristicamente urbanos.

No sétimo capítulo, Tarcísio Botelho parte da análise relacionada aos sistemas familiares para examinar o regime demográfico específico dos “primórdios da mineração”, em Catas Altas do Mato Dentro, hoje Minas Gerais, no período de consolidação e expansão da produção aurífera (1712-1730). Compreendendo a estreita articulação entre livres, escravizados e egressos do cativo na sociedade mineradora – pacificamente caracterizada, na historiografia, por suas elevadas perspectivas de mobilidade social –, esse regime foi marcado por uma expressiva “imigração” (sobretudo na dimensão diaspórica de africanos escravizados), pelo crescimento natural negativo, pela escassez de casamentos formais, pela alta mortalidade e pela violência, aqui compreendida em sua polissemia e pensada como componente político constitutivo da configuração desse regime demográfico.

Em um deslocamento para o Sul do Brasil, Sergio Nadalin escreve sobre o sistema de famílias e os regimes demográficos de Curitiba, no atual Paraná, entre o final do século XVII e os meados do XIX. A análise está assentada em uma realidade que, diferentemente das europeias que serviram de base à própria elaboração do conceito de regime demográfico, não se fundamentava, com relação à fecundidade, na nupcialidade legítima enquanto padrão de comportamento. A nosso ver, reside aí a principal contribuição do texto de

<sup>2</sup> O conceito de *bastardy prone sub-society*, proposto por Peter Laslett (1980), se refere a comunidades com elevadas taxas de reprodução e de nascimentos fora do casamento e, assim sendo, propensas à ilegitimidade.

Nadalin no campo teórico-metodológico. Revisitando a importância da nupcialidade no “discernimento” de regimes demográficos, o autor incorpora a nupcialidade “ilegítima”, bem como a fecundidade dela derivada, nas mais variadas formas de composição da sociedade colonial no país.

Os quatro últimos capítulos da obra se dedicam à análise da história da população do extremo Sul. Inicialmente, Dario Scott e Ana Scott examinam a dinâmica demográfica e os sistemas familiares da Porto Alegre escravista, entre 1772 e 1872. Partindo dos clássicos registros de “eventos vitais” (batismos, casamentos e óbitos) da freguesia Madre de Deus, em diálogo com outras fontes, os autores observaram como as taxas de fecundidade e de mortalidade – ainda elevadas – diminuíram sensivelmente, ao passo que a migração teve um papel cada vez mais proeminente na dinâmica demográfica da capital gaúcha, atribuindo à população porto-alegrense – já atravessada pela presença estrutural da escravidão e a diversidade das suas “gentes” – uma composição multiforme, reverberando em sistemas familiares distintos, de acordo com a condição sociojurídica da população.

Ainda no que concerne à relação entre regimes demográficos e sistemas familiares no Rio Grande do Sul, Fábio Kühn e Israel Aquino centram sua reflexão na paróquia rural de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, na segunda metade do Setecentos, igualmente a partir dos registros “vitais”. Kühn e Aquino identificaram elevadas taxas de natalidade e de mortalidade – compatíveis com a fase pré-transicional característica das sociedades de Antigo Regime. Se, por um lado, os padrões de mortalidade encontrados para Triunfo se aproximavam do restante da América Portuguesa, por outro, grande parte das crianças batizadas era prole de pais e mães legitimamente casados. Mesmo entre os escravizados, que correspondiam a 28,8% das crianças levadas à pia batismal, entre 1757 e 1800, a legitimidade era uma tendência (54%).

No capítulo seguinte, Luís Augusto Farinatti avança sobre o Oitocentos e investiga a família, a população e a legitimidade em Alegrete, região marcada pela produção pecuária voltada ao mercado interno e situada na fronteira com a Argentina e o Uruguai. Traçando um paralelo com a contribuição de Kühn e Aquino, que também explora uma paróquia rural do Rio Grande do Sul, os dados de Alegrete indicam maior mobilidade espacial e menor peso relativo de crianças batizadas como legítimas. Como bem aponta Farinatti, os arranjos familiares e a vida em família, na localidade, foram condicionados tanto por uma lógica fronteiriça, quanto pelas guerras (Cisplatina e Farroupilha) que assolaram a região, influenciando a dinâmica dos nascimentos, a regularidade dos matrimônios e os ritmos da mortalidade, bem como os serviços eclesiais na Capela de Alegrete.

Finalizando as discussões a respeito do extremo Sul, Ana Scott e Adriano Comissoli se debruçam sobre o regime demográfico restrito aos açorianos no Rio Grande do Sul, entendendo a migração dos Açores como um movimento assentado entre necessidades camponesas e projetos régios da monarquia pluricontinental, em deslocamentos que, ao longo do tempo, apresentaram permanências e mudanças. Os açorianos experimentavam, como evidenciam Scott e Comissoli, um regime demográfico de alta pressão, no

qual taxas elevadas de fecundidade e de mortalidade eram contrabalanceadas por uma intensa mobilidade e por uma expansão da nupcialidade, que praticamente se universalizou. Na contramão do que defendia uma historiografia clássica, os açorianos não eram “igualados” pela pobreza, mas constituíam um grupo diverso em uma sociedade altamente hierarquizada e multiétnica.

Como antecipamos, o último capítulo da coletânea apresenta uma síntese das contribuições da obra à história social das populações do Brasil escravista pelos seus organizadores: Ana Scott e Sergio Nadalin. Optamos por não o resenhar, embora recomendemos vivamente sua leitura. Longe de um desprestígio, nossa escolha tem uma motivação clara: mais do que compilarmos, outra vez, as principais discussões levadas a cabo nas mais de 300 páginas que precedem esse capítulo, entendemos que o ponto final desta resenha não poderia ser outro, que não um convite. Nesta altura, não precisamos mais convidar-lhes à leitura da coletânea, somente. O convite, cara leitora e caro leitor, é para que percorramos suas páginas e reflitamos acerca do nosso compromisso com a transformação de um país, cuja população se formou sob os signos de tantas e tamanhas desigualdades estruturais.

Diante de uma contribuição tão robusta à história social das populações no Brasil, uma questão se coloca de maneira quase inarredável: quais as “zonas de opacidade”, para evocarmos Fernand Braudel (1995, p. 12), da obra resenhada? Se, por um lado, a coletânea avança, substancialmente, com uma agenda historiográfica imprescindível à compreensão das desigualdades estruturais, sob as quais se formaram o Brasil e a América Latina – rompendo, portanto, com uma lógica de mera reprodução de temáticas, métodos e técnicas de análise europeus e estadunidenses –, por outro, a obra também é, concomitantemente, produto e produtora de lacunas que, ainda hoje, marcam a história social da população no país. Referimo-nos, de modo especial, aos povos indígenas: ainda que não sejam seu foco, os indígenas consubstanciam, praticamente, um termo ausente na coletânea.

Não a obra, em si, mas nossa história da população, enquanto um campo de estudos e investigações, tem muitos caminhos a trilhar. Pelo evidente, uma coletânea dedicada ao Brasil escravista não pode abarcar o século XX, mas é verdade que conhecemos nossas populações “coloniais” e durante o Império mais e melhor do que a população do país no Novecentos. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às múltiplas dimensões da colonialidade nas “gentes” do passado. Embora a documentação histórica não seja sempre promissora para tais discussões, sabemos pouco, por exemplo, sobre os comportamentos demográficos de pessoas que confrontaram padrões dominantes da heteronormatividade, assim como os de outros grupos historicamente marginalizados. Concluímos a resenha com uma questão: como intelectuais, qual será, afinal, o nosso compromisso com essas populações?

## Referências

- BACELLAR, C. de A. P. *et al.* Quarenta anos de demografia histórica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul.-dez. 2005.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – As estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1979].
- CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1991].
- ECO, U. **Baudolino**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016 [2000].
- ECO, U. **On the shoulders of giants**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
- GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, C. (Org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.
- LASLETT, P. The bastardy prone sub-society. *In*: LASLETT, P. *et al.* (Ed.). **Bastardy and its comparative history**. Studies in the history of illegitimacy and marital nonconformity in Britain, France, Germany, Sweden, North America, Jamaica and Japan. Cambridge: Harvard University Press. p. 217-39.
- MARCÍLIO, M. L. Population of Colonial Brazil. *In*: BETTHEL, L. (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**. New York: Cambridge University Press, 1984. p. 37-63
- NADALIN, S. O. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Topoi**, v. 4, n. 7, p. 222-275, jul.-dez. 2003.
- NADALIN, S. O. **História e demografia: elementos para um diálogo**. 3. ed. Campinas/SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2022.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].
- SCOTT, A. S. V.; NADALIN, S. O. (Org.). **História social das populações no Brasil escravista**. 2. ed. São Leopoldo/RS: Oikos, 2025.
- VEYNE, P. **Os gregos acreditavam em seus mitos?** São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1983].

## Sobre o autor

*Daniel Souza Barroso* é doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Escola de Aplicação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA).

## Endereço para correspondência

Universidade Federal do Pará (Escola de Aplicação)  
Av. Tancredo Neves (Perimetral), 1.000, Terra Firme (Montese)  
66.077-585 – Belém-PA, Brasil

Recebido para publicação em 21/08/2025

Aceito para publicação em 31/08/2025